

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **A integração entre países latino-americanos por meio da coperação cultural no contexto da globalização:. Brasil, Argentina e Chile.**

Rubenilda Sodré dos Santos.

Cita:

Rubenilda Sodré dos Santos (2009). *A integra o entre países latino-americanos por meio da copera o cultural no contexto da globaliza o:. Brasil, Argentina e Chile. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/940>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **A integração entre países latino-americanos por meio da cooperação cultural no contexto da globalização: Brasil, Argentina e Chile**

*Rubenilda Sodré dos Santos  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal da Bahia  
rubenildasodre@hotmail.com*

## **1. GLOBALIZAÇÃO E CULTURA: ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**

Este artigo aborda a cultura como um conjunto de valores de um determinado povo que reflete uma identidade comum (passado histórico, língua, crenças, instituições etc.), mas também o modo de produção e transmissão de conhecimentos e a criação intelectual/artística entre as gerações (CANCLINI, 2008; YÚDICE, 2006). O cenário contemporâneo da globalização tem estimulado novos modos de solidariedade, de identidades e espaços, que constituem o cotidiano da vida individual e social, e que só raramente coincidem com uma territorialidade oficial, porque hoje as

lógicas sociais e culturais não cessam de contrariar e destruir a universalização do princípio da territorialidade geográfica (BADIE, 1995). Canclini (2008) defende que a globalização não se trata apenas de uma “intensificação de dependências recíprocas” (BECK<sup>1</sup>, 1998 apud CANCLINI, 2008) entre todos os países e regiões do planeta. Por razões de afinidade social e histórica, ou de acesso diferenciado aos recursos econômicos e tecnológicos, a chamada globalização muitas vezes se concretiza como agrupamento regional ou entre países ligados historicamente (*e.g.* latino-americanos com europeus, sul-americanos com sul-americanos etc.), evidenciando que as afinidades e divergências culturais contam muito para que a globalização abranja ou não todo o planeta, para que seja *circular* ou simplesmente *tangencial* (CANCLINI, 2008).

Conforme Yúdice (2006), o papel da cultura no contexto da globalização expandiu-se para as esferas política e econômica. A cultura passa a ser constantemente evocada como recurso social importante para melhorar as condições sociais, para criação da tolerância multicultural e participação cívica através de defesas da cidadania cultural, dos direitos humanos ou como fator de estímulo ao crescimento econômico e à integração.

Segundo Yúdice (2006) a expansão econômica e comunicacional propiciada pelas indústrias culturais não beneficia equitativamente todos os países e regiões porque gera *pari passu* uma nova divisão internacional de trabalho cultural, mas também exacerba os desequilíbrios históricos nos intercâmbios comunicacionais, no acesso à informação e participação na esfera pública nacional e internacional. Canclini (2008) ressalta que entre países latino-americanos “embora a falta de empregos seja o principal detonador das migrações, também a decadência do desenvolvimento educacional e cultural constitui um fator expulsivo” (p.69). Para o autor, a notória desvantagem econômica da América Latina resulta também do baixo investimento desses governos em ciência, tecnologia e produção industrial de cultura, condicionando a escassa competitividade global, a lógica de dependência em relação aos EUA e a subordinação de ambos às transnacionais sem sede exclusiva em nenhum país. É nesse sentido que se considera que os bens culturais podem favorecer o desenvolvimento de importantes áreas – educação, turismo, investimentos, políticas públicas – ao qualificar regiões ou cidades como elementos importantes para a coesão social e política.

A despeito de compartilhar convergências sócio-históricas os países latino-americanos também são influenciados pela circulação dos significados simbólicos e conteúdos das indústrias culturais transnacionais de hoje, conformando um “espaço cultural” muito heterogêneo

---

<sup>1</sup> BECK, Ulrich. *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.

(CANCLINI, 2008). Pode-se perguntar como é possível situar a integração econômica e cultural de países tão heterogêneos na recomposição dos sistemas globais? Segundo Canclini é impensável fortalecer o que ainda resta de cultura e sociedades nacionais com perfis históricos distintivos sem empreender projetos conjuntos que permitam à região crescer e se reposicionar no mundo. Para o autor, o modelo de uma cultura continental negociada, análogo ao espaço cultural construído pela União Européia, pode ser viável na América Latina, especialmente devido à proximidade da língua e outras características culturais convergentes. Frente ao monopólio das indústrias culturais do norte, um sistema de incentivos à cultura e ao desenvolvimento Sul-Sul, levando em consideração o papel do Estado, entidades internacionais e da sociedade civil configura-se como desafio e alternativa.

## **2. A COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE PAÍSES SUL-AMERICANOS: ATORES E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO**

Em tempos de globalização, entende-se que investimentos em cultura, sobretudo nas áreas da ciência e educação superior ampliam as relações democráticas e de integração entre atores envolvidos (Estados, entidades multilaterais, organizações civis) como condições para uma justiça social mais global. Nesse sentido, este artigo enfatiza o campo de desenvolvimento da ciência e do ensino superior, porque ambos têm papel importante na consolidação de processos democratizantes. Eles propiciam, por um lado, o desenvolvimento sócio-econômico de uma sociedade e, por outro, a formação de uma cultura política com base em saberes e consciência cívica/democrática, que incrementam os vínculos sociais, produzindo o senso de pertencimento em micro e macro escalas. O acesso ao conhecimento em tempos globais remete também à igualdade nas oportunidades de vida, tal como Heller (1998) descreve, já que estas realmente objetivam o sentido moderno de justiça e igualdade. O conhecimento propicia a ação instrumental do indivíduo para integrá-lo na nação e também para integrar a nação ou grupo de nações como parte ativa no mundo globalizado (CANCLINI, 2008). Para o autor não haverá integração no contexto latino-americano enquanto não for incluído na agenda da cooperação entre esses países formas de cidadania mútua que reconheçam os direitos de todos os que produzem e interagem dentro ou além de seus territórios.

A articulação entre a globalização e os processos de integração regional resulta na ampliação do sentido das trocas e da reciprocidade generalizada (LANIADO, 2001) que vão além da escala local e dos valores nacionais, para construções mais solidaristas com ganhos reais para o desenvolvimento

dos países envolvidos. Portanto, a cooperação Sul-Sul visa hoje beneficiar-se das possibilidades do sistema internacional. A opção pelo regionalismo, que se traduz desde formas superficiais de cooperação entre países até experiências mais profundas de um mercado comum, tornou-se uma opção importante de inserção e interdependência no campo econômico sul-americano, mormente após a estruturação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O bloco foi criado através do Tratado de Assunção firmado em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas, somente em 1994 adquire uma estrutura institucional. Desde 1996, Chile e Bolívia participam do Mercosul como membros observadores. O Mercosul se apresenta como uma resposta regional para a competição econômica global, liderada pelos EUA, e comporta uma relativa subordinação das economias satélites à do país nuclear, neste caso, o Brasil (YÚDICE, 2006). A integração cultural, por sua vez, ausente no NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) e relativamente fraca na União Européia está em condições de se transformar na América Latina e América do Sul num dos principais motores da cooperação e do desenvolvimento.

A integração regional no Cone Sul não envolve apenas temas comerciais, muito embora o Mercosul privilegie esta área. Incentivos à produção de ciência e tecnologia na região também são pressupostos para a região galgar uma posição mais dinâmica no sistema produtivo mundial. Em contraste como o NAFTA, o Mercosul tem um complemento cultural oficial, evidente em diversas organizações, especialmente as profissionais (incluindo ministros e secretários de cultura dos países) que se reúnem para discussão de assuntos sociais, educativos, comerciais e culturais partindo do regional. Na primeira dessas reuniões anunciou-se um “Mercosul da Cultura” ou zona cultural integrada dos países do Mercosul, ressaltando a promoção do bilingüismo espanhol/português na educação e outras esferas e a livre circulação de bens e serviços culturais para que os países se conhecessem mutuamente. No entanto, a imbricação entre cultura e economia, que está na base da criação do Mercosul Cultural, deve atentar para o fato de que a integração e inclusão democrática dos países e de suas regiões incorrem no risco de marginalização de certos territórios dos países-membro e da predominância da perspectiva comercial dos produtos culturais (YÚDICE, 2006; CANCLINI, 2008).

No campo cultural o Estado é o promotor direto de programas e ações de cultura, seja através da institucionalização do sistema escolar, da propriedade e regulamentação das mídias ou da implantação de órgãos administrativos específicos voltados para a formulação, gestão e

implementação de políticas públicas culturais<sup>2</sup>. No âmbito sul-americano o Estado é o lugar de articulação entre os governos e atores privados, demais entidades e sociedade civil, um agente de regulação, arbitragem e responsabilidade pelo acesso aos bens culturais e na relação com outras nações. Associado ao papel de arbitragem do Estado, a atuação de organismos internacionais para a promoção da cultura é fundamental, sobretudo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que congrega hoje cento e noventa Estados-membros em sua órbita o que lhe confere uma amplitude significativa de atuação e influência sobre a formulação de políticas culturais nesses países. Organizações como a UNESCO e outros organismos multilaterais de cooperação surgem antes mesmo dos órgãos oficiais dos Estados dedicados à ação cultural, destarte, a ação dessas agências serve como elemento de pressão para a institucionalização da gestão cultural na política interna dos Estados (RUBIM, 2005). Essas agências ampliaram o conceito de cultura e assumiram uma posição ativa na edificação de um novo modelo de compreensão do conceito, sustentando a idéia de que cultura e desenvolvimento são indissociáveis. Algumas iniciativas nesse bojo são emblemáticas como a Conferência Intergovernamental sobre Diversidade Cultural realizada pela UNESCO em 1998 (Estocolmo), que resultou em reflexões e propostas de ação que levam em consideração as bases culturais do desenvolvimento humano, que afirmam e intensificam o valor das identidades culturais, e ampliam o acesso e a participação na vida cultural através da promoção da cooperação internacional.

No que se refere à educação superior, a região que engloba os países em destaque neste trabalho – Argentina, Brasil e Chile - já tem uma base de ação e enriquecimento nesta área. Desde 1995 foi firmado um protocolo no âmbito do Mercosul que estabelece a aceitação por parte dos Estados-membros de títulos universitários expedidos por instituições de ensino reconhecidas entre estes países. No mesmo ano, outro protocolo estabeleceu a busca de padrões e critérios comuns de avaliação de programas de pós-graduação e o compromisso dos países em adaptar estes programas a uma formação igual ou equivalente; ademais, o protocolo estabelece uma política de intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre países da sub-região; fatores importantes para a integração educacional (VELOSO, 1999). O Brasil, por exemplo, promulgou em 2005 a lei referente ao emprego do espanhol como segunda língua e que regulamentou o ensino do meso nas escolas brasileiras<sup>3</sup>. Ainda no Brasil, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) tem ressaltado a presença de cursos de pós-graduação brasileiros nestes países e de cursos brasileiros reconhecidos em toda a América Latina. Esta resolução é reforçada pelo acordo que admite a

---

<sup>2</sup> Neste projeto políticas culturais referem-se a modalidades sistemáticas de intervenção política na área da cultura, objetivando seu desenvolvimento.

<sup>3</sup> Lei nº 11.161/2005.

validade dos títulos de graduação e pós-graduação para as atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior entre os países, favorecendo a troca e o intercâmbio de pesquisadores, estudantes e docentes.<sup>4</sup>

Ademais, os países vêm adotando políticas públicas que visam à aproximação entre universidades e empresas com alguns projetos e experiências relacionando universidades ao setor produtivo no Brasil, Argentina, Chile e também Uruguai. A interação se dá através de políticas sob intervenção estatal na elaboração de mecanismos que promovam a incorporação dos resultados das pesquisas científicas às aplicações comerciais (VELHO, 1999). Na verdade, desde sua criação, o Mercosul privilegiou, ao menos no nível do discurso oficial e da previsão de ações, as atividades de cooperação em ciência e tecnologia (C&T). Os esforços, ainda que modestos, dos países-membros para fortalecer parcerias em C&T são anteriores à criação formal do bloco. É o caso de Argentina e Brasil que desde a década de 1980 estabeleceram missões conjuntas em setores estratégicos, tais como o aeronáutico/espacial e novas tecnologias, incluindo a pesquisa nuclear (VELHO, 2001). Ainda que a cooperação na área seja privilegiada com parceiros da Europa e Estados Unidos, dentro do marco institucional do Mercosul existe um fórum específico de debate e coordenação de questões de C&T denominada Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECYT); todas as diretrizes elencadas por este fórum para os países constituintes envolvem atividades de cooperação.

Velho (2001) destaca a cooperação por meio de universidades que ocorre de forma mais ativa em relação à pesquisa científica e formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, que é marcada por com um fluxo invariável em direção às universidades brasileiras. Este fato deve-se à estrutura consolidada de pesquisa e pós-graduação do sudeste do país, um pólo de atração para estudantes de toda a América Latina. Quanto ao setor produtivo envolvido na cooperação, nota-se com mais destaque a transferência de conhecimento específico e fluxos de informação com mais frequência para o Brasil e algumas empresas (EMBRAER, USIMINAS, SOFTEX Mercosul etc.). Na Argentina destaca-se o setor da biotecnologia, cujas empresas têm filiais e licenças concedidas a brasileiras. O resultado mais direto do impacto do Mercosul na conformação de uma rede regional de cooperação em C&T parece ser a modalidade de parceria que visa à harmonização de normas técnicas, padronização e regulamentação de produtos e processos (Metrologia, Normalização e Qualidade); entre os parceiros estão as universidades, empresas estatais, institutos de pesquisa, entre

<sup>4</sup> Acordo foi sancionado pelo Decreto nº 5.518, de 23.08.2005 e antecedido pela aprovação do Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 800, de 23.10.2003, estando esses diplomas legais em perfeita consonância com os artigos. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal (Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)).

outros (VELHO, 2001). Pode-se considerar que, ainda que as experiências de cooperação em C&T sejam modestas em termos de volume, variedade e valor, elas demonstram um potencial integrativo com políticas impulsionadas por convergências e pela proximidade entre os países envolvidos e, principalmente, pela relevância estratégica das instituições de ensino e pesquisa na região como motor para o desenvolvimento e a justiça social que podem trazer.

Para completar essa caracterização, este trabalho sugere uma ênfase nas redes de cooperação cultural e sua expansão recente no contexto latino-americano. Redes sociais são consagradas como forma de organização por excelência dos transnacionalismos (CASTELLS, 2003; MILANI & LANIADO, 2007), pois caracterizam-se por: horizontalidade em contraposição às estruturas hierarquizadas; ausência de um centro coordenador que concentre as decisões - liderança difusa; estímulo ao pluralismo de idéias e ações; desburocratização das atividades e reforço do projeto coletivo a partir das trocas recíprocas. A disseminação das redes em escala transnacional ocorreu principalmente através do avanço das redes comunicacionais (internet, telecomunicações) na medida em que disponibilizaram inovadoras formas de interação, velozes e contínuas. A condição de existência das redes é a participação por meio da adesão a um projeto comum, implicando uma multidimensionalidade (cada indivíduo ou organização pode participar de várias redes, simultaneamente), o que lhe confere um caráter não linear e rizomático (RUBIM, 2005). Essas redes culturais internacionais começam a se formar a partir de 1996 e destaca-se a Rede Cultural do Mercosul (de 1998) que direciona sua ação para a circulação de bens culturais e é constituída por profissionais, empresas e centros (públicos e privados) responsáveis pela produção e/ou disseminação desses bens. Com denominação semelhante a Rede Mercosul Cultural (de 1996) possui um perfil governamental (para-estatal), também voltada para a difusão e circulação de bens culturais que visam a integração cultural. De acordo com Rubim (2005) esta última modalidade de redes se apresenta, via de regra, como arenas diplomáticas ocupadas em promover o diálogo oficial entre os países e outros entes governamentais, sub ou supranacionais, através da realização de fóruns. Em grande medida, os resultados gerados por estes fóruns gravitam em torno da formulação de protocolos de intenção, elaboração de acordos e resoluções que tornam as redes relevantes atores para a sistematização de informações culturais, cooperação cultural, produção de teses e documentos sobre a cultura e as políticas culturais no mundo atual e na região. O universo das redes possibilita, portanto, repensar sua função no estímulo a políticas públicas/culturais e na pressão sobre os organismos internacionais sobre a questão da cultura como elemento de integração.



### 3. CONCLUSÃO

A intensificação das relações sociais no nível transnacional implica em repensar a cultura na América Latina que deixou de ser unicamente concebida dentro de um quadro nacional para levar em conta a globalização e suas novas realidades. As tendências globais têm imprimido sua tônica peculiar em função da integração desses países ao mundo globalizado, incluindo estratégias de atores diversos em processos de integração. Os desafios à integração em função da cultura entre os países destacados (Brasil, Argentina e Chile) ainda é muito grande. As ações dos países no âmbito do Mercosul têm demarcado uma integração comercial pequena e ainda desequilibrada, ainda assim as iniciativas na área da cultura associada à atuação de outros atores (não-estatais, multilaterais, redes) podem lançar luz sobre o potencial transformador da cultura como fator de desenvolvimento regional na atualidade.

## Referências

- BADIE, Bertrand. Múltiplas crises. In:\_\_\_\_\_. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Edição Portuguesa, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Latino americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.
- HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: **Estado e Sociedade**, v.16, n 1-2, UNB, jan./dez., 2001.
- MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, nº 2, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito Ibero-Americano. In:\_\_\_\_\_(Org.). **Siete Cátedras para La integración**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2005.
- VELHO, Léa. Redes regionais de cooperação em C&T e o Mercosul. In: **Parcerias Estratégicas** (Internacional), n.10, mar. 2001.
- VELLOSO, Jacques (Org.). **O ensino superior e o Mercosul**. Introdução. Rio de Janeiro: Editora Garamond/UNESCO, 1999.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.